

Aos acionistas: A Administração da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - "ERTE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativas ao exercício de 2013, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - "ERTE" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 83/2002-ANEEL, datado de 11 de dezembro de 2002, celebrado com a União, por

intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 179 km de extensão, com origem na subestação de Vila do Conde (ampliação) e término na subestação de Santa Maria (ampliação), ambas no Estado do Pará. **Sistema de transmissão:** O sistema da ERTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A companhia aufera a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2013	2012
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100,00	99,99
A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. Pesquisa e desenvolvimento - P & D: Em 2013 a ERTE realizou os projetos: 1. Tecnologia de sensores em fibras óticas para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica, 2. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento, 3. Arranjos técnicos e comerciais para inserção da geração fotovoltaica na matriz energética brasileira, 4. Cabeça de Série do Projeto REMOTE, 5. Gestão 2012, 6. Gestão 2013. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br . Responsabilidade socioambiental: A ERTE desenvolve ações relacionadas à prevenção de meio ambiente da faixa de servidão, como limpeza e campanha contra queimadas, incluindo palestras		

Balanços Patrimoniais

31 de Dezembro de 2013 e 2012

Ativo	31/12/13	31/12/12
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5 2.410	36
Investimentos de curto prazo	5 -	1.365
Títulos e valores mobiliários	6 2.996	3.002
Contas a receber ativo financeiro	7 43.862	42.758
Estoques	1.761	1.739
Adiantamento a fornecedores	943	1.254
Outras contas a receber	1.342	1.153
	53.314	51.307
Não circulante		
Contas a receber ativo financeiro	7 104.546	100.701
Outros ativos	895	1.853
Imobilizado	836	68
Intangíveis	118	82
	106.395	102.704
Total do ativo	159.709	154.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Passivo	31/12/13	31/12/12
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	8 7.582	7.392
Fornecedores	2.283	3.012
Tributos e contribuições sociais a recolher	9 1.039	769
Dividendos a pagar	18.736	16.496
Taxas regulamentares	11 1.439	1.118
Outras contas a pagar	814	997
	31.893	29.784
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	8 29.393	35.452
Adiantamento de clientes	-	572
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 4.430	4.277
	33.823	40.301
Patrimônio líquido		
Capital social	36.941	36.941
Reservas de lucro	42.349	35.090
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	14.703	11.895
Total do patrimônio líquido	93.993	83.926
Total do passivo e patrimônio líquido	159.709	154.011

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Proposta de Distrib. de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	36.941	4.444	24.133	10.763	-	76.281
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.140	24.140
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.207	-	-	(1.207)	-
Dividendos declarados	-	-	-	(10.763)	(5.732)	(16.495)
Reserva de lucro do exercício	-	-	5.306	11.895	(17.201)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	36.941	5.651	29.439	11.895	-	83.926
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.802	28.802
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.440	-	-	(1.440)	-
Dividendos declarados	-	-	-	(11.895)	(6.840)	(18.735)
Reserva de lucro do exercício	-	-	5.819	14.703	(20.522)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	36.941	7.091	35.258	14.703	-	93.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (a "Companhia" ou "ERTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada a Rua Tenente Neagrão, 166 - 6º andar - Sala C - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
83/2002	30	2032	39.892	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.559/13. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica. A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo conselho de administração, em 26 de fevereiro de 2014. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação: Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, seguros e meio ambiente, não foram cobertos pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: tivos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **3.1.2. Investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo estão classificados como valor justo por meio do resultado Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não teve nenhuma operação registrada no curto prazo e não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. **3.1.3. Contas a receber - ativo financeiro:** De acordo com o ICPM 01 (R1), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício	28.802	24.140
Outros resultados abrangentes	-	-
Total resultados abrangentes do exercício	28.802	24.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.5. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. • Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.6. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Tributação:** 3.7.1. Impostos sobre a receita de transmissão: As receitas de transmissão da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.7.2. Correntes:** A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **3.7.3. Diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

continua

